

# Perdão não quebraria os bancos

Dívida Externa

GAZETA MERCANTIL

\*6

por Getúlio Bittencourt  
de Washington

Se os grandes bancos norte-americanos riscarem de seus créditos 60% do valor de seus empréstimos à América Latina, concedendo o desconto médio corrente no mercado paralelo, "deve-se notar que eles continuarão solventes", disse ontem o presidente da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), L. William Seidman, diante da Comissão de Bancos, Finanças e Assuntos Urbanos da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos.

Seidman foi um dos três altos funcionários do governo norte-americano a integrar um dos três painéis da Comissão no seu segundo e último dia dedicado ao tema. No texto que Seidman leu, a frase seguinte está grifada por ele próprio: "Mais ainda, mesmo no que certamente pode ser considerado o pior dos cenários, cada um dos nove grandes bancos pode des-

cartar 100% de seus empréstimos aos seis países (em desenvolvimento mais endividados) e, depois das deduções de impostos, todos eles continuarão solventes", assegurou.

Os nove bancos a que se refere o presidente da FDIC são Bank of America, Manufacturers Hanover, Continental Illinois, Bankers Trust, J. P. Morgan, First Chicago, Chase Manhattan, Chemical e Citibank. Em junho de 1988 eles tinham uma "exposição" (volume de empréstimos) de US\$ 47 bilhões aos seis maiores devedores no mundo em desenvolvimento: Argentina, Brasil, Chile, México, Filipinas e Venezuela.

O dado é importante porque os bancos norte-americanos são mais frágeis que os europeus, por exemplo, cujas reservas sobre empréstimos aos países em desenvolvimento chegam a 80%. Seidman confirmou que as reservas médias dos grandes bancos norte-americanos estão entre 25 e 30%. Mas eles se fortaleceram de outro modo.

"Em dezembro de 1983", conta Seidman, "esses nove bancos tinham uma 'exposição' agregada de US\$ 61 bilhões aos 31 principais países em desenvolvimento, um volume quase duas vezes maior que o seu capital primário agregado de US\$ 32 bilhões. Em junho de 1988, porém, esses mesmos nove bancos tinham empréstimos de US\$ 55 bilhões aos mesmos países, menos de 85% de seu capital primário agregado de US\$ 65 bilhões."

E por isso que eles não iriam à bancarrota. Como confirmaram os dados oferecidos em seguida pelo chefe do Office of the Comptroller of the Currency, Robert L. Clarke: "Desde 1982, o capital primário com referência aos ativos cresceu de menos de 5% para mais de 7,25%" para os 22 bancos mais envolvidos com empréstimos externos. Isso significa em dólares 5,5 bilhões. Outros US\$ 21 bilhões foram acrescentados às reservas contra perdas.

O efeito potencial no sistema bancário dos Estados Unidos do problema do débito nos países em desenvolvimento tem sido gerido

com algum grau de sucesso", admitiria também o terceiro funcionário do governo, Manuel Johnson, vice-presidente do comitê de governadores do Federal Reserve System, o banco central norte-americano.

(Continua na página 2)

**O volume de empréstimos concedidos pelos bancos dos países industrializados ao Terceiro Mundo caiu no primeiro semestre de 1988. Os créditos destinados à América Latina sofreram uma retração de US\$ 8,7 bilhões. Brasil e México foram os mais prejudicados, recebendo US\$ 2,2 bilhões e US\$ 2,7 bilhões, respectivamente, segundo relatório do Banco para Compensações Internacionais (BIS).**

(Ver página 2)

## Perdão não...

por Getúlio Bittencourt  
de Washington  
(Continuação da 1ª página)

O ex-ministro da Fazenda brasileiro Luiz Carlos Bresser Pereira, que falaria no painel seguinte mas assistiu a esse, comentaria na saída: "Esses três senhores nos disseram hoje que, mesmo se os bancos riscassem toda a dívida do Terceiro Mundo, ainda assim eles não quebrariam!". O deputado brasileiro Fernando Gasparian (PMDB-SP), presente ao plenário, faria o mesmo comentário.

A reação de vários parlamentares democratas foi de surpresa e mesmo de irritação. Bruce Morrison, de Connecticut, resumiria os dois sentimentos assim: "Os senhores estão nos dando boas notícias. Mas no fundo nós queremos discutir o problema da dívida do Terceiro Mundo, e os senhores nos dizem que nós não temos esse problema aqui, eles é que têm esse problema lá no Terceiro Mundo..."

Manuel Johnson, do Fed, seria o mais conservador dos três. "Eu estou longe de dizer que os bancos já superaram o problema da dívida do Terceiro Mundo", diria ele na sessão de perguntas, "o que nós estamos dizendo é que a situação é agora muito melhor do que era em 1982".

Ao historiar as medidas adotadas pelo governo norte-americano desde 1982, tanto Seidman quanto Johnson e Clarke mencionaram o Plano Baker. E o plano recebeu as observações mais agressivas dos parlamentares. "O Plano Baker é feito só de Baker, sem plano", disse rindo o deputado Barney Frank, de Massachusetts.

"Os senhores estão nos dizendo que o Plano Baker

deu muito lucro aos bancos. Foram US\$ 18 bilhões neste ano", diria ainda mais rude o sobrinho do presidente John Kennedy, Joseph Kennedy, sem dúvida o deputado mais jovem da comissão. "Mas o fato é que nós descobrimos aqui que o Plano Baker está matando muitas crianças de fome", acrescentou.

Barney Frank iria além. Por trás da fumaça de seu charuto, sem paletó, ele parou de rir e avisou aos três funcionários do governo que a comissão poderá requisitar a colaboração técnica deles para preparar uma legislação bancária sobre a dívida do Terceiro Mundo, mesmo que eles pessoalmente não concordem com essa lei. Essa função de convocar aparentemente cabe ao presidente da comissão, Henry Gonzalez, que reduziu a tensão ao chamá-lo de "presidente Frank".

A pressão dos parlamentares forçaria um deles, Robert Clarke, a uma explicação mais pessoal. "Nós só estamos dizendo quais foram as medidas adotadas e seus resultados, sem dizer se isso é bom ou mal", defendeu-se Clarke a certa altura.

O presidente da comissão é importante, mas a maioria dos membros é mais importante. Um dos participantes do painel seguinte, o professor Jeffrey Sachs, da Universidade de Harvard, daria a seu colega Luiz Carlos Bresser Pereira uma informação importante: Joseph Kennedy e Barney Frank, de Massachusetts, e Bruce Morrison, de Connecticut, asseguraram a Sachs que já dispõem de maioria para passar uma proposta de legislação na comissão, a respeito da dívida do Terceiro Mundo.